

21/12/2006

Carta Maior [www.cartamaior.com.br](http://www.cartamaior.com.br)

## RUMO AO SEGUNDO MANDATO

### **Juventude quer mais espaço e pede avanços concretos a Lula**

Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) aprovou carta destinada ao presidente Lula pedindo novos avanços para a consolidação das políticas públicas, como a integração de programas, para este segmento específico da população.

Jonas Valente – Carta Maior

BRASÍLIA - Criado em agosto de 2005, o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) agora quer deixar de ser uma "novidade" e atuar como protagonista na consolidação da política nacional para os milhões de jovens do País. Este é o principal recado da "Carta ao Presidente Lula", documento aprovado na última reunião do Conjuve, realizada na semana passada. Na carta, os 60 membros reconhecem a importância da criação da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) - vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República - e do próprio conselho, mas apontam a necessidade de medidas mais consistentes. "O novo mandato, não obstante, exige novos avanços. Considerando como prioridade o desenvolvimento econômico e sustentável do País, alicerçado em uma agenda progressista e democrática de políticas sociais, a Política Nacional de Juventude precisa se consolidar".

Para tanto, Lamartine Silva, do Movimento Hip-Hop Organizado Brasileiro (MHOB), recomenda o aprofundamento do apoio crítico. "O próximo passo, mesmo para quem apóia este governo, é criticar e propor [políticas públicas] para que o programa para a área de juventude avance", defende.

Uma das medidas concretas presentes na carta é a proposta de articulação entre as iniciativas já existentes, sublinha Danilo Moreira, secretário-executivo do Conjuve. Hoje, existem cerca de 20 programas que têm como público principal a juventude, como é o caso do Projovem, Soldado Cidadão, Projeto Rondon, Segundo Tempo e Consórcios Sociais da Juventude. Estas diversas ações movimentam um orçamento nada modesto que, somado, chega a R\$ 1 bilhão.

Os programas de educação e preparação para o mundo do trabalho, por exemplo, têm diversas semelhanças e intersecções, ressalta Regina Novaes, secretária-adjunta da SNJ e presidente do Conjuve. Essas ações de reforço ou avanço escolar, formação para o mercado e transferência de renda poderão ganhar mais impacto se deixarem de ser isoladas. "Há coordenações possíveis como a criação de um cadastro único e a unificação das remunerações que possibilitam evitar a sobreposição territorial, estabelecer uma comunicação direta com os jovens beneficiados e dar maior racionalidade gerencial aos programas", aponta Danilo Moreira.

A melhor coordenação é um requisito também para uma das novas tarefas do Conselho Nacional de Juventude: monitorar as políticas públicas voltadas aos jovens. A intenção agora é acompanhar de perto as iniciativas governamentais em andamento em diálogo constante com os diversos ministérios promotores destas ações. Segundo Regina Novaes, o Conjuve quer ir além e participar da formulação de novos programas voltados à juventude que venham a ser criados nos próximos anos.

Para que isso seja possível, indica a "Carta ao Presidente", a Secretaria Nacional de Juventude deve ser fortalecida, com a ampliação da sua "capacidade de gestão" e "ter autonomia de execução orçamentária". Segundo Rafael Pops, secretário de juventude do PT, isso significaria transformar a SNJ em Secretaria Especial, modelo considerado positivo tomando como referência a experiências de órgãos semelhantes para a área das mulheres e da promoção da igualdade racial criados durante o primeiro mandato de Lula. Outra demanda proposta pelo documento para aumentar o status da juventude no Estado brasileiro é a inclusão desta área como tema específico do Plano Plurianual (PPA) 2007-2010, que será definido no próximo ano. Tal medida, segundo o documento, possibilitaria ampliação do financiamento para a área e colocaria as políticas governamentais para a juventude no âmbito das políticas de Estado.

Outra ação neste sentido defendida pelo Conjuve é a aprovação de um marco legal para a juventude composto pelo PL 4530/2004 que institui o Plano Nacional de Juventude e a Proposta de Emenda Constitucional 138/03, que insere este segmento como sujeito de direitos na Constituição Federal (leia [matéria](#)). O Plano estabelece metas para os dez anos seguintes à sua aprovação em temas diversos como a universalização do ensino médio e ampliação de vagas na educação superior, inserção no mundo do trabalho a partir da noção do Estado como garantidor da preparação dos jovens para esta etapa de suas vidas, acesso às tecnologias da informação, promoção do direito à cultura, entre outros.

Se por um lado propõe o fortalecimento da ação governamental, o documento do Conjuve trata também na ampliação da porosidade do Estado à sociedade civil. “Um próximo passo importante para avançar democraticamente no debate acerca das políticas públicas de juventude é a realização de uma Conferência Nacional que seja propositiva, plural e capaz de promover a participação e fortalecer os diversos movimentos juvenis”, sugere. Para Rafael Pops, uma das funções desta conferência, no sentido da ampliação da participação popular nas políticas do setor, seria ter como uma de suas atribuições a eleição dos membros do conselho, que na sua primeira composição foram escolhidos por meio de indicação do Presidente da República. A posição não é consensual e, caso haja sinalização positiva do governo pela realização do evento, deve ser uma das polêmicas de sua preparação.

### **Agenda**

uma agenda extensa de temas para o próximo ano perpassa estes espaços e pleitos. O primeiro desafio é firmar na sociedade a idéia ainda não muito bem aceita da juventude como sujeito de direitos para o qual são necessárias políticas específicas. “O jovem ainda é visto como suspeito, é difícil convencer a sociedade que ele precisa de atendimento especial. É importante promover entendimento de que é tanto uma questão emergencial quanto uma oportunidade, pois o investimento na criatividade da juventude produz saídas para os problemas do País”, diz Regina Novaes.

Segundo Danilo Moreira, o Conjuve investirá em campanhas sobre temas como gravidez na adolescência, participação política dos jovens e violência. Para Lamartine Silva, do MHHOB, a problemática da violência entre e contra jovens tem público muito bem definido e precisa ser enfrentada pelo Estado. “Até hoje o governo não deu resposta a mortalidade juvenil negra. O perfil de quem está morrendo por violência é jovem, negro e homem”.